

FIGURAS DE OUSADIA PARA REFUNDAR UMA CENA UNIVERSITÁRIA PLURIEPISTÊMICA¹

FIGURES OF AUDACITY TO REFOUND A MULTI-PISTEMIC UNIVERSITY SCENE

Tais Lima Gonçalves Amorim da Silva²
Daniela Abreu Matos³

Resumo: *Este artigo propõe um estudo dos modos de subjetivação constituídos pelo dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) no espaço acadêmico. Por meio da articulação entre corpo e espaço, investigamos a materialidade expressiva de práticas de regulação do corpo e de suas contra-hegemonias para apreender as expressões da insurgência, instituídas pela radicalidade da ousadia, na relação com a hegemonia racial do espaço acadêmico. O estudo empírico é realizado a partir da análise cultural de narrativas de si de jovens universitários/as cotistas no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Acreditamos que as “figuras de ousadia” (Silva, 2025), ao se apresentarem enquanto possibilidades de agência ética e política dos sujeitos racializados, fazem ver um movimento de abertura nos aparatos institucionais e epistemológicos da universidade.*

Palavras-Chave: *Narrativas de si. Modos de subjetivação. Juventudes negras universitárias.*

Abstract: *This article proposes a study of the modes of subjectivation constituted by the raciality device (Carneiro, 2023) in the academic space. Through the articulation between body and space, we investigate the expressive materiality of body regulation practices and their counter-hegemonies to understand the expressions of insurgency, instituted by the radicality of boldness, in relation to the racial hegemony of the academic space. The empirical study is carried out based on the cultural analysis of self-narratives of young university students/quota students within the scope of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). We believe that the “figures of audacity” (Silva, 2025), when presenting themselves as possibilities for ethical and political agency of racialized subjects, reveal a movement of openness in the institutional and epistemological apparatuses of the university.*

Keywords: *Self-narratives. Modes of subjectivation. Black university youth*

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação/PPGCOM, UFRB. Bacharela em Artes Visuais/UFRB. E-mail: tais.goncalves@ufrb.edu.br

3 Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação/PPGCOM, UFRB. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. E-mail: daniela.matos@ufrb.edu.br

1. Introdução

Não é novidade que a Lei 12.711 de 2012, conhecida como Lei de Cotas, tem democratizado o ingresso nas universidades e nos institutos federais, possibilitando a entrada de estudantes oriundos de camadas populares e periféricas (Cardoso, 2024; Silva Júnior et al, 2023), por meio da reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior e técnico. Apesar de não ter inaugurado o acesso de grupos minorizados à universidade, a Lei de Cotas surge em um contexto de reivindicações e luta dos movimentos negros contra as desigualdades raciais no acesso ao espaço universitário, proporcionando um aumento significativo, quando comparado com as taxas anteriores à sua aprovação, de estudantes negros (pretos e pardos) matriculados nos cursos de graduação.

A participação de estudantes negros nas universidades federais cresceu de 17% para 49% em 13 anos, segundo dados do último Censo da Educação Superior, realizado em 2022, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dados sistematizados em diversas pesquisas indicam que há uma mudança significativa na composição racial e social dessas Universidades. Senkevics e Melo (2019) ao discutirem essas mudanças no perfil discente após a Lei de Cotas afirmam que os grupos mais impactados pela política são estudantes pretos, pardos e indígenas oriundos da rede pública de ensino básico. “Nossos achados apontaram que, em linhas gerais, a participação de ingressantes oriundos do ensino médio público aumentou de 55,4 para 63,6% entre 2012 e 2016, com substanciais acréscimos para estudantes pretos, pardos e indígenas” (Senkevics e Melo, 2019, p. 205).

Nesse contexto, a mudança de perfil promovida pelas políticas de ação afirmativa não se limita à inclusão de pessoas negras e de baixa renda na universidade. Trata-se, sobretudo, de uma subversão das imposições sociais que associam o ensino superior a corpos brancos e de classes economicamente privilegiadas. Desse modo, consideramos que esse/as jovens estudantes, que identificamos como *novos(as) universitários(as)*, desestabilizam o espaço acadêmico, suas hierarquias e seus sistemas de produção de conhecimento ao mesmo tempo que são constrangidos, em alguma medida, a se adaptar. Há, portanto, um espaço de tensão e ajustes, de produção e recusa. E é justamente nesse espaço da negociação entre o

pertencimento e os desafios do lugar de reconhecimento de suas presenças que estamos interessadas.

Para avançarmos na compreensão desse contexto, propomos, com esse artigo, um exercício analítico atento aos modos de subjetivação expressos em narrativas de si empreendidos por jovens oriundos das classes populares que vivem a experiência de ingressar na Universidade Pública. Desse modo, desenvolvemos uma reflexão a partir das vivências narradas por jovens universitários por entender que no gesto de relatar a si mesmo, manifesta-se sua dimensão comunicativa. Ao narrar, mesmo impelido pelo outro, o sujeito se inscreve e produz a si mesmo, suas subjetividades e seu entorno, por meio de suas reminiscências e prospecção de futuro, fazendo ver as práticas de saber e as relações de poder que organizam a dominação sociocultural, mas também as resistências.

O corpus empírico, aqui analisado, é parte integrante da pesquisa “Figuras de ousadia nos modos de subjetivação: articulações entre memória, corpo e espaço em narrativas universitárias periféricas” e foi produzido em dois momentos da pesquisa de campo: no desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas registrada em meio digital e na produção de cartas, elaboradas pelos sujeitos da pesquisa e direcionadas à pesquisadora, a partir de algumas perguntas provocadoras. As cartas poderiam ser escritas a mão, digitadas, conter desenhos ou qualquer expressão gráfica da escolha dos estudantes.

O conjunto aqui acionado foi produzido a partir da interação de uma pesquisadora negra com sujeitos jovens racializados que ousam interromper as expectativas sociais e epistêmicas impostas sobre seus corpos na relação com a universidade: Jamile, 22 anos, mulher, quilombola da comunidade de Subaúma, São Félix, estudante de museologia; Rafael, 29 anos, natural de Salvador, migrou para estudar e morar em Cachoeira, estudante de licenciatura em história; Beatriz, 31 anos, mãe solo, natural de Manaus, migrou para estudar e morar em Cachoeira, estudante de museologia e Júlio César, 30 anos, natural de Salvador, do bairro periférico de São Caetano, estudante de ciências ambientais. Todos discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A metodologia utilizada durante a etapa empírica da pesquisa privilegiou a comunicação de proximidade, conceituada e exercitada por Galvão et al. (2023), a qual implica assumir uma relação dialógica entre a pesquisadora e os sujeitos colaboradores, concebendo um espaço seguro para o compartilhamento de suas trajetórias universitárias. As abordagens aos estudantes foram realizadas considerando sua vinculação enquanto cotistas

dos programas de ação afirmativa da UFRB. A estrutura analítica empregada durante a etapa de interpretação dos dados da pesquisa empírica, aciona a análise cultural inserida no debate conceitual-metodológico dos Estudos Culturais britânico e latino-americano, para quem não há texto fora do contexto, e não há cultura sem práticas sociais cotidianas, sem a vida vivida.

Para avançarmos na reflexão, sistematizamos alguns movimentos teórico-conceituais que organizam o presente artigo: situamos como o dispositivo de racialidade opera para disciplinar e hierarquizar socialmente corpos racializados no espaço acadêmico e apresentamos uma breve contextualização das narrativas de si no espaço biográfico, operacionalizada enquanto produto cultural que articula as dimensões subjetivas, da memória e do social. A partir dessa articulação, analisamos o material empírico coletado a fim de perceber as expressões da insurgência dos sujeitos racializados, instituídas pela radicalidade da ousadia, na relação com a hegemonia racial do espaço acadêmico. Por fim, as considerações finais apresentam um esforço de síntese dos achados analíticos, apresentando as “*figuras de ousadia*” (Silva, 2025) enquanto imagens performativas dos jovens universitários/os, configurada a partir de outras dimensões espaciais-temporais-corporais na elaboração de múltiplas formas de existências alternativas aos diversos modos de violência e opressão no espaço acadêmico.

1. Dispositivo de racialidade no espaço acadêmico

Em diferentes dimensões da realidade social, em particular no acesso à educação superior no Brasil, a racialidade determina características específicas para diversos grupos minorizados, como negros, mulheres, pessoas com deficiência e indivíduos LGBTQIA+. À luz do pensamento de Sueli Carneiro (2023), a racialidade é um estigma que identifica socialmente os indivíduos nas relações de poder, por meio de discursos de raça e de gênero. A autora compreende a raça mediante duas perspectivas: a primeira, enquanto instrumento metodológico de compreensão das relações desiguais entre negros e brancos no Brasil; e, a segunda, como prática discursiva que desorganiza e reorganiza as relações sociais que mantém as discriminações e assimetrias raciais.

Em seu livro *Dispositivo de racialidade*, Carneiro (2023) afirma que na sociedade brasileira, existe um dispositivo operando por distintos elementos, organizados em um duplo movimento para produzir e sustentar a autoridade racial. Esse dispositivo interdita certas

práticas, poderes e dimensões subjetivas enquanto reforça outras práticas, poderes e dimensões subjetivas, garantindo a manutenção da hierarquia racial. Para operar enquanto instrumento de exclusão, o dispositivo de racialidade instaura-se como um mecanismo ontológico que nega a autodefinição e as experiências de sujeitos racializados. A citação a seguir ilustra esse cenário:

Meu pressuposto é o de que, no contexto da modernidade ocidental, a racialidade vem se constituindo num dispositivo, tal como essa noção é concebida por Foucault. A racialidade é compreendida como noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder (Carneiro, 2023, p. 44).

Conforme exposto pela autora, o dispositivo de racialidade não apenas elabora no interior das relações, divisões sociais e políticas, mas também legitima a inferiorização de determinadas raças e a supervalorização de outras, estabelecendo os polos da racialidade – polo negro e polo branco. Esses polos se diferenciam pela cor da pele como fator de identificação. A branquidade é associada ao polo positivo por se aproximar do ideal de normalidade e dinamismo, enquanto a negritude é inscrita como signo de morte e violência, inserida sob condição de anormalidade.

Pensando com a autora, o sistema educativo brasileiro, sobretudo na universidade, a branquidade se apresenta como ideal de pertencimento, representando um modo universal de ser e saber que organiza as hierarquias raciais acadêmicas. A negritude, por sua vez, ao ser vista com desconfiança e estranhamento, é capturada pela tentativa de interdição de sua episteme e do esquecimento como forma de dominação colonial (Kilomba, 2019). A racialidade, nesse entendimento, torna-se o principal demarcador das hierarquias sociais, definindo as posições de poder e as condições em que as práticas discursivas sobre o negro são produzidas, circuladas e legitimadas no interior das relações raciais, seja nas práticas sociais ou no midiático. Para realizar essa tarefa, o racismo é acionado pelo biopoder e pela biopolítica com uma dupla função: atuar como instrumento de poder que promove uma cisão da raça e sustentar uma lógica de higienização social, no qual, para viver, deve-se deixar morrer.

Nesse processo, o epistemicídio — compreendido enquanto tática de sequestro da razão para capturar “mentes e corações (Carneiro, 2023, p. 89), emerge como uma tecnologia de controle étnico e racial informada pelo dispositivo de racialidade. Isto é, o dominado tem a sua episteme destruída, para que o dominador possa deixar a sua viva. Carneiro, assinala, que

o epistemicídio não apenas produz falsas representações de sujeitos racializados, mas também captura suas possibilidades intelectuais e de existência ao restringir seu acesso ao espaço do conhecimento.

Essa deslegitimação intelectual, como um corpo que não está em seu lugar, não acontece apenas no âmbito individual, uma vez que, a destituição da razão é elaborada de maneira coletiva e social, retirando os sujeitos negros como sujeitos do conhecimento. Estendendo a análise de Carneiro (2023), o epistemicídio naturaliza as desigualdades raciais no âmbito da educação superior ao produzir processos de exclusão educacional, negando a capacidade de escolha e decisões, assim como, o acesso à educação pública de qualidade pela população negra, seguindo critérios raciais e de classe.

Por esse viés, a universidade enquanto instituição de saber e poder que se quer ser única na produção de ciência credível, ao restringir o acesso ao seu espaço e a produção de conhecimento a determinada raça e classe, influencia as decisões acadêmicas e sentimentos de pertencimento das pessoas negras. Esse efeito se apresenta como um “operador de procedimento de exclusão” (Carneiro, 2023, p. 121), interditando o sujeito negro enquanto sujeito moral, político e cognoscente. Essa interdição está presente nos discursos e práticas sociais ao inscrever a negritude no campo da anormalidade, naquilo que é irregular.

Se o discurso sobre a racialidade mantém hierarquias e se configura como forma de produção de saber, ele também se articula ao pertencimento racial e a autoafirmação a partir da tomada de posição de sujeito no interior das relações de poder. O acesso e a permanência de jovens de camadas periféricas no ensino superior, ainda que estejam condicionados ao exercício do dispositivo de racialidade, operando para produzir e articular distintos modos de subjetivação, do mesmo modo opera, nas práticas narrativas para dizer sobre si mesmo, outras táticas de subjetivação.

Há de se mencionar que o dispositivo de racialidade não é exclusivo em seu domínio de controle e violência. Ele também produz e mantém sua própria prática de resistência, que, segundo Carneiro (2023), se expressa no campo das ideias, dos modos de ser/pertencer, e das práticas. À vista disso, as resistências negras na relação com a universidade, se efetivam por meio de táticas de insurgências frente aos desafios do cuidado de si, do sentimento de inadequação e da descrença intelectual. Essas táticas de si elaboram outras formas de subjetivação, que buscam escapar ao controle do dispositivo de racialidade.

As resistências negras acadêmicas, ainda que atuem enquanto elemento estrutural do dispositivo de racialidade, elaboram suas possibilidades de r-existir (Haesbaert, 2021) em face às opressões, violências e desigualdades articuladas pelo dispositivo. Ao confrontar as diferentes tecnologias de poder (epistemicídio, racismo, interdições, esquecimento; controle do espaço) disponibilizadas pelo dispositivo de racialidade, e ao reivindicar outras possibilidades de ser e pertencer ao espaço acadêmico, os/as “novos(as) universitários(as)”, compreendidos como sujeitos que rompem com as normas sociais impostas sobre seus corpos, transformam o espaço da universidade e são transformados por ele.

2. Narrativas de si no espaço biográfico.

A prática de narrar a si mesmo é intrínseca à natureza humana e à sua subjetividade (Viçosa et al., 2019). Em termos práticos, a narrativa de si caracteriza-se como um gesto autopoietico da linguagem, ou seja, é a capacidade de produzir a si mesmo por meio da escrita ou da fala, tendo as tramas da memória e da imaginação como sua matéria-prima. A relação dinâmica entre memória e narrativa de si reposiciona o ato de rememorar o passado, sempre incompleto, para construir uma narrativa criativa que inscreve o sujeito em um momento de partilha, logo, de comunicação.

Assim, a narrativa de si constitui um modo de narrar a si mesmo, no qual o sujeito inscreve, imagina e produz a própria subjetividade mediante a rememoração dos “acontecimentos no espaço e no tempo” (Bosi, 2003, p. 31) e as dinâmicas de poder que a circunscreve. Há de observar, ainda, que cada época possui formas narrativas inseridas em seus contextos políticos e culturais. Nesse sentido, a narrativa de si reconstitui a complexidade da existência e as possibilidades da rememoração por meio da experiência, ao valorizar a perspectiva da primeira pessoa e reivindicar a importância da dimensão subjetiva. Partir do presente, para passado e futuro, por meio de um modo de narrar a si mesmo, interfere na maneira como apreendemos o passado e prospectamos o futuro, trazendo implicitamente a ideia de invenção de si mesmo, inscrita pelo corpo em suas práticas corporais e orais.

Por narrativas de si, consideramos modos de narrar a si mesmo que se abrem às alteridades e oferecem interlocuções com as formas do vivido, no plano subjetivo ou factual. São, portanto, modos de dizer sobre como é estar no mundo, implicando o entrelaçamento da vida ordinária, da memória e da experiência enquanto possibilidades de legitimação das formas de existir. A prática narrativa, assim, configura-se como elemento constitutivo das

nossas experiências cotidianas, especialmente diante das transformações e hibridizações conformadas pelo midiático. Uma miríade de narrativas de si, entre entrevistas, depoimentos, cartas, *blog* e narrativas de memória distribuídas em plataformas digitais, sites e outros, dando a ver as tramas culturais da comunicação.

Ao receber novas conceituações e aberturas do contemporâneo, e mesmo incluindo elementos imaginados, “as narrativas de si são contadas para fazer crer” (Heller; Simões, 2022, p. 397). À vista disso, a autora Leonor Arfuch (2010) ao assumir a dificuldade em diferenciar (possíveis?) registros entre realidade e ficção, se centra nos pontos de convergência para reconhecer o espaço biográfico, no qual se constitui um vínculo de confiança entre quem relata e quem escuta, além de uma qualidade autorreflexiva:

Avançando uma hipótese, não é tanto o “conteúdo” do relato por si mesmo — a coleção de acontecimento, momentos, atitudes —, mas precisamente *as estratégias* - ficcionais - de *autorrepresentação* o que importa. Não tanto a “verdade” do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra; em última instância, que história (qual delas) alguém conta de si mesmo ou de *outro eu*. E é essa qualidade autorreflexiva, esse caminho da narração, que será, afinal de contas, *significante*. No caso das formas testemunhais, tratar-se-á, além disso, da verdade, da capacidade narrativa do “fazer crer”, das *provas* que o discurso consiga oferecer, nunca fora de suas estratégias de verificação, de suas marcas enunciativas e retóricas (Arfuch, 2010, p. 73, grifos no original).

Como demonstra Arfuch (2010), os limites entre ficção e realidade tornam-se relativos, já que a construção narrativa é produzida enquanto marca de uma verdade narrativa que exige elementos de criação e interpretação. Em última instância, o que se analisa, é o relato que o sujeito escolhe contar, entre tantos possíveis, explicitando não apenas as experiências vividas, mas também como se percebe, se nomeia e se posiciona no mundo. O espaço biográfico, nesse sentido, compreende uma multiplicidade de formas em que as narrativas de si são produzidas sem distinguir rigidamente entre formas biográficas e autobiográficas, mas abrangendo todas as inscrições “numa trama de interações, hibridizações, empréstimos, contaminações — de lógicas midiáticas, literárias, acadêmicas (em última instância, culturais)” (Arfuch, 2010, p. 63).

Dadas as observações até aqui delineadas, o espaço biográfico, para Arfuch, representa, “em primeiro lugar, a heterogeneidade constitutiva dos gêneros, sua estabilidade apenas relativa, o fato de não existirem formas ‘puras’, mas *constantemente misturas e hibridizações*, em que a tradição se equipara à abertura, à mudança e à novidade” (2010, p. 66). Em outras palavras, a autora salienta que o espaço biográfico torna as formas mais

flexíveis, ao passo que permite aos gêneros tradicionais se reconfigurar e se retroalimentar por meio do cotidiano vivido. São muitas as transformações na direção do que Arfuch vislumbrou em suas reflexões, todavia, expomos sua ênfase ao tratar a narrativa de si como parte fundamental dos processos de subjetivação. Nessa construção, a autora argumenta:

Retomando as linhas da argumentação, é possível explicitar agora a concepção de sujeito e, correlativamente, de *identidade* que guia minha indagação: a de um sujeito não essencial, constitutivamente incompleto e, portanto, aberto a identificações múltiplas, em tensão com o outro, o diferente, através de posicionamentos contingentes que é chamado a ter. Nesse “ser chamado”, operam o desejo e as determinações do social; esse sujeito é, no entanto, suscetível de autocriação. Nessa ótica, a dimensão simbólica-narrativa aparece como constituinte: mais do que um simples devir dos relatos, uma *necessidade* de subjetivação e identificação, uma busca consequente daquilo-outro que permita articular, ainda que temporariamente, uma imagem de autorreconhecimento (Arfuch, 2010, p. 80).

Essa objetivação da experiência, ainda que inconclusa, encontra na narrativa de si um lugar privilegiado, articulado aos contextos históricos, sociais e culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Compartilhando das reflexões de Arfuch (2010), narrar a si mesmo é uma forma de produzir processos subjetivos, entrelaçados ao sujeito, à construção de subjetividades e as realidades vividas. Nesse artigo, as narrativas de si são os relatos orais e escritos produzidos no espaço biográfico pelos jovens universitários/as, sujeitos da pesquisa, atuando como produto cultural que deixa marcas das interações sociais, de regulação do corpo e suas resistências

3. Disputar e Re-imaginar o espaço

Na sua configuração moderna, o espaço acadêmico foi historicamente concebido como um lugar de exclusividade, destinado a corpos, saberes e práticas alinhados a uma lógica eurocentrada, meritocrática e elitista. Como observa Carvalho (2023), as universidades foram consolidadas apenas a partir da segunda década do século XX, inspirando-se no modelo europeu, que já contava com instituições superiores desde o século XVI, em paralelo à era colonial. “A condição de criação mesma das nossas universidades foi colonizada. Nossa elite branca trouxe uma elite acadêmica europeia branca para fundar uma universidade estritamente nos moldes das universidades ocidentais modernas” (Carvalho, 2023, p. 84).

Grosfoguel (2016) aborda a estrutura epistêmica das universidades ocidentalizadas, apontando como o racismo e o sexismo epistêmicos sustentam o privilégio e o discurso ocidental na produção do conhecimento. De acordo com o autor, essa dinâmica estabelece uma autoridade racial que dita o que é verdade e realidade, fundamentando-se em uma filosofia cartesiana. Assim, a produção de conhecimento reconhecida como credível depende de sua pretensa universalidade, neutralidade e imparcialidade, ancorada em uma “não localização” (Grosfoguel, 2016, p. 30), reforçando o dualismo ontológico e epistemológico.

De modo semelhante, Kilomba (2019) critica a estrutura do conhecimento ocidental como um sistema de poder que define quem pode falar, sobre o quê e de que maneira, naturalizando a exclusão dos grupos minorizados. Para a autora, esse modelo epistêmico opera por meio da violência simbólica, posicionando corpos racializados em lugares marginais, produto de construções raciais disfarçadas sob discurso de neutralidade e objetividade. Esse, “lugar de poder” ignora que toda “teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém” (Kilomba, 2019, p. 58).

Essa distinção individual e coletiva distribuída por poderes disciplinares hegemônicos, desencadeia uma hierarquização epistêmica que distancia os corpos e saberes racializados, colocando-os sempre à margem. Essas formas de atuação podem ser observadas nas narrativas de si de Júlio César e Jamile (FIG. 1), as quais evidenciam como os processos subjetivos, formulados pelo aparelhamento da educação superior, operam para regular as tensões entre a coletividade e a individualidade, disciplinando seus modos de vestir, se comportar e de pensar o espaço acadêmico.

[Pesquisadora] Você mencionou que a universidade te ajudou a fomentar a autonomia e protagonismo, pode me falar mais sobre isso?

[Júlio] A autonomia quando eu falo é de você ter o seu próprio protagonismo porque acho que a universidade fomenta muito isso de você ser o seu dono de si, de você ter a perspectiva do que você quer para você e a partir daí você mesmo traz o seu caminho. Por exemplo, o próprio TCC é um dos exemplos de você pensar o que quer, trabalhar e buscar o seu referencial bibliográfico, de você meter a mão na massa. O TCC nada mais é do que um trabalho de curso, mas um trabalho extremamente pessoal, sabe, com seu interesse isso então fomenta muito o protagonismo e a sua individualidade porque tem pessoas que chegam na universidade extremamente tímida e tal e aí começam a adquirir segurança para falar em público e tal e isso vai ajudar diretamente no ambiente externo porque as pessoas vão conseguir lidar melhor com as situações ter mais interações sociais acho que ajuda muito nessa questão [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

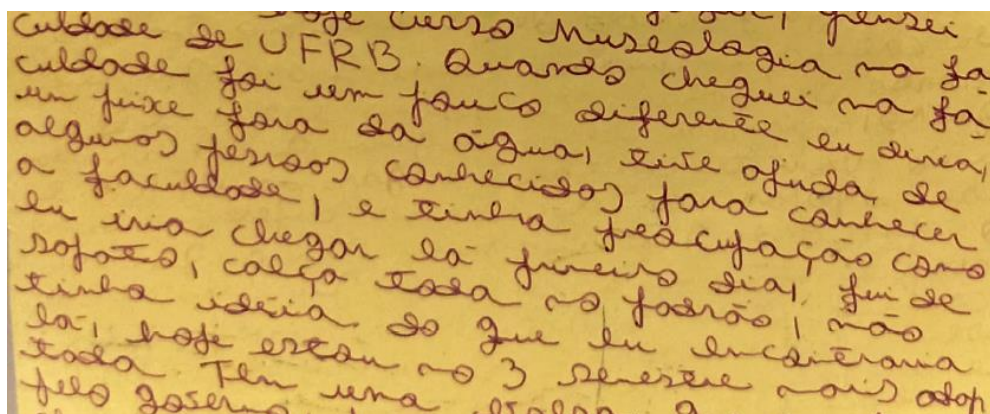


Figura 01 - Fragmento da carta escrita à mão por Jamile

Fonte - Acervo de pesquisa

[Jamile]: Quando cheguei na faculdade foi um pouco diferente eu diria, um peixe fora da água, tive ajuda de algumas pessoas conhecidas para conhecer a faculdade, e tinha preocupação como eu iria chegar lá primeiro dia, fui de sapato, calça toda no padrão, não tinha ideia do que eu encontraria lá, hoje estou no 3 semestre mais adaptada [sic] (Transcrição da carta entregue a autora, 2023).

Nos trechos destacados, verifica-se como a estrutura social da universidade se impõe para definir práticas e modos de ocupar esse espaço. Adaptar-se às suas normas visíveis e invisíveis é a exigência mediada por processos reguladores e vigilantes, prontos para punir os corpos. Esses valores são colocados como fundamentais para legitimar a permanência e o sucesso acadêmico, reificando ideias de produtividade e a individualidade, como pode ser constatado no relato do estudante Júlio César ao mencionar sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Observa-se, ainda, a introjeção da ideia de que é preciso, antes, se normatizar para ser aceito.

Por esse viés, a marcação da individualidade representa outra face dos efeitos das tensões reguladoras e das cisões entre coletividade e individualidade, que organizam as práticas educacionais universitárias. Essa idealização do protagonismo individual, muitas

vezes mascara as desigualdades materiais, raciais e estruturais que influenciam o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento acadêmico. Em contrapartida, na dimensão da subjetivação e da r-existência, esse *protagonismo* quando entendido do ponto de vista de um atrevimento à normatização, ao invés de uma adequação às regras, pode ser percebida como uma oportunidade de produzir autonomia, conforme percebemos na autorreflexão de Julio César. O que instaura um processo de disputa e tensionamento, que potencialmente, provoca transformações tanto no sujeito quanto no contexto e estrutura social.

O “corpo fora do lugar” ou “*um peixe fora da água*” [sic], como relata Jamile, representa a complexa relação entre os sujeitos e suas experiências incorporadas pela teoria social, escreve Grada Kilomba (2019). Mas também se alinha à captura da razão e das capacidades intelectuais pelo epistemicídio enquanto estratégia de negação e despertencimento reiterado pelo dispositivo de racialidade. Isso explicita, para a autora, na “impossibilidade de o corpo e as construções racistas sobre ele escaparem dentro da ‘máquina de ensino’” (Kilomba, 2019, p. 63). Esse corpo “impróprio” e “despossuído de legitimidade” de Jamile ao espaço acadêmico, está inserido no modo de funcionamento do racismo. “No racismo, corpos *negros* são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “*fora do lugar*” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem (Kilomba, 2019, p. 56).

Esse cenário tem sido progressivamente tensionado a partir de disputas identitárias, políticas e culturais em torno do espaço da universidade. Conforme já mencionado, a Lei de Cotas marca um ponto de inflexão nesse processo que tem reconfigurado o Ensino Superior enquanto espaço em disputa e em constantes negociações (Cardoso et al., 2024; Silva Júnior. et al., 2023). Nessa perspectiva, o Carvalho explica que:

Não se trata mais de utilizar o espaço acadêmico apenas como um local protegido, separado e com liberdade de expressão para propor mudanças na sociedade – como se a sociedade estivesse do lado de fora dos *campi*, e estes funcionassem como um território livre dos problemas investigados pelos acadêmicos. Descolonizar, nesse contexto, significa intervir na constituição desse espaço universitário em todos os níveis, no corpo discente, no corpo docente, no formato institucional, no modo de convívio e na sua conformação epistêmica geral (cursos, disciplinas, ementas, teorias, pedagogias, etc.) (Carvalho, 2023, p. 81).

Por isso, para além de uma emergência evidente de fortalecimento das cotas étnicas e raciais nas universidades, ou seja, a reserva de vagas para diversos grupos sociais, Carvalho (2023) enfatiza a necessidade de articulação entre as cotas étnico-raciais e as cotas epistêmicas. Ainda segundo Carvalho, esse movimento é tomado enquanto extensão necessária às cotas étnico-raciais como estratégia fundamental para a descolonização do espaço acadêmico, para o movimento necessário de transformação dessa instituição de um modelo vigente monoepistêmico para um espaço “pluriepistêmico”⁴.

Nessa via de raciocínio, é preciso articular não apenas a inclusão de sujeitos racializados do ponto de vista discentes ou docentes, mas também considerar a inserção de saberes historicamente marginalizados, teorias e cosmopercepções outras. Com esse movimento, pode-se operar um processo de reterritorialização do espaço acadêmico, o que significa assumir uma mudança de perspectiva espaço-temporal. Para isso, é preciso lançar mão de táticas de contornamentos, que, de acordo com Haesbaert (2014), são dinâmicas territoriais complexas que compõem as experiências concretas na contemporaneidade.

Nessa concepção, o espaço acadêmico com base nas formulações de Doreen Massey (2008) e Rogério Haesbaert (2021), como produto da articulação entre cultura e espaço, no qual a universidade não é vista como a mera representação da coisa em si, fechada e estática, mas um processo contínuo de devir, de um vir a ser atravessada por múltiplas trajetórias e relações de poder. Assim, a compreensão do espaço acadêmico, por meio de uma mudança de perspectiva, desloca-se para um entendimento dinâmico, múltiplo e relacional, estando sempre em construção; radicalmente uma dimensão que se localiza pelo tempo e se conecta às lutas por existência, aberto e plural.

Nessa concepção, o espaço, para sê-lo, precisa estar aberto para que o futuro também esteja em aberto e seja sempre uma possibilidade. Essa apreensão de uma abertura espacial, coloca a questão do pertencimento racial e pertencimento ao espaço acadêmico em negociação, desenhadas por geometrias de poder (Massey, 2008) de espaço-tempo. Quer

4 Ressaltamos que algumas iniciativas já estão em curso e conseguem promover deslocamentos, como por exemplo o “Projeto Encontro de Saberes”, iniciado em 2010 pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI)/ UNB e que, até 2020, já tinha sido desenvolvido por 16 universidades, além da UnB: a Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Universidade da Música de Viena e a Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá

dizer que, seja o pertencimento racial ou espacial, ambos se referem a uma posição efetivamente política de tomada de posição, e não a utilização de um método necessariamente compulsório.

Tomar o espaço acadêmico nessa perspectiva coloca a relação conflituosa e contraditória das múltiplas possibilidades de ser e pertencer a ele enquanto dimensão da multiplicidade contemporânea. Assim, por meio de seu caráter aberto e processual, é possível compreender que o pertencimento racial e o pertencimento espacial são constituídos a partir de uma prática de si, quando o corpo racializado é confrontado com os instrumentos de interpelação racial institucional e o ambiente universitário, tensionando e reimaginando outras construções espaciais de universidade. Para Rafael, como apresentado abaixo, seu ponto de partida deu-se a partir da identificação de estar na “*primeira universidade preta do país*” e nas interações com outros sujeitos em torno do ambiente universitário, ainda quando ele se identificava como “*moreno*”.

[Pesquisadora]: Como foi para você estar na UFRB?

[RAFAEL]: Eu não tinha real dimensão do que era UFRB. Eu queria passar na Universidade Federal, porque eu sempre tinha amigos que me influenciavam, né! Um deles é Beto, ele dizia: Rapaz passe na Federal porque um nível de formação muito mais qualificada, nem se compara. E de fato é! Só que eu não tinha, eu não conhecia o lado político da Universidade Federal, e aqui na UFRB pelo menos era muito forte esse lado político, e ao chegar aqui, eu tomei um impacto porque eu descobri que era a primeira universidade preta do país. Aí eu disse, tô na primeira universidade preta do país e não me dava conta que era preto na época [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

Ao narrar seu estranhamento ao se perceber parte de uma universidade reconhecidamente *preta*, Rafael demonstra hesitação ao se remeter às convenções espaciais de “uma” universidade enquanto espaço historicamente associado ao privilégio branco e à hegemonia de acadêmicos e acadêmicas brancas. É nessa relação, de certo modo, que o conflito se insere na disputa pela (re)configuração histórica do espaço acadêmico. Nesse sentido, o espaço acadêmico, hegemonicamente delineado a partir da identificação do que é a universidade e do que é ser universitário, desloca-se à medida que reconfigura o espaço social no qual está inserido e revela um “impacto”, no sentido de algo não esperado por ele. Em outro trecho ele continua narrando essa interpelação mediada por práticas narrativas.

[Pesquisadora]: E como foi esse processo de se descobrir preto?

[RAFAEL]: Ah, justamente, a galera política, tinha uma posição política na época, chegou e disse: você é preto!. Porque a minha vida inteira, eu acreditava que eu era como as pessoas me chamavam, né! De moreno. Imagina, a gente vem de um processo de colonização, E aí, aqui que eu me dei conta, eu sou um preto de pele clara. Um negro de pele clara. E aí eu disse: Eu sou negro? E aí eu comecei a fazer essa autoavaliação. E pesquisei, me aprofundi. Hoje entendo, obviamente, mas a época foi assim para digerir isso, por que eu sou preto? É natural os pretos não quererem se reconhecer como preto, pelo simples motivo, é sacrificante. Você ter que passar por essa realidade dolorosa do preconceito, então eles vão negar essa identidade até o final. E eu inconscientemente estava fazendo isso [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

Um outro tempo se funde ao corpo de Rafael quando ele narra oralmente sua experiência, amarrando o espaço acadêmico enquanto sua dimensão indivisível. É o tempo da experiência de si que, no mesmo movimento, desfaz e refaz o espaço a partir de um movimento espiralado (Martins, 2021), de retorno e avanço, estranhamento quando se questiona “*eu sou negro?*” e de familiaridade quando responde “*um negro de pele clara*”. Assim, o ser universitário, enquanto campo de poder e saber, ao situar a experiência humana como dimensão espacial, é configurado e configura o espaço acadêmico como campo de possibilidades do vivido. A esse respeito, é interessante perceber que o espaço, em termos de exterioridade e interioridade, não é claramente definido, condição que permite a Rafael negociar sua existência, na relação com seu pertencimento racial.

Na mesma direção, a narrativa de si de Jamile oferece uma compreensão do modo como o espaço pode marcar a experiência de si por meio de sua relação conflituosa/contraditória. Ao narrar sua experiência de negritude, inicialmente se autodeclarando parda, mesmo sendo uma jovem de pele preta retinta, passando posteriormente a se autodeclarar preta à medida que é interpelada pelo espaço e pelos outros corpos e histórias que se fazem inscritos nesse espaço.

[Pesquisadora]: Como foi para você estar na UFRB?

[JAMILE]: Pra mim, chegar aqui, né, eu falei, cheguei né. Eu fui percebendo assim que eu quero. Eu posso estar aqui. Então eu tô aqui e pra mim é isso. E, tipo antigamente quando a gente fazia atividades na escola só tinha lá pardo. Não tinha como se declarar preto. E hoje em dia vendo muita coisa, eu aprendi muita coisa e hoje em qualquer situação eu sou preta, me considero preta [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

A experiência de Jamile é mediada entre a inscrição de seu corpo e o modo como se percebe no espaço acadêmico. Sua narrativa evidencia mais uma camada da violência

simbólica inserida na matriz colonial e instrumentalizada por meio do formulário de inscrição durante a educação básica, no qual “*só tinha lá pardo. Não tinha como se declarar preto*”. Essa expressão da violência, definida no campo da experiência, nega um estado de existência a Jamile.

As condições materiais do sistema educativo, ao passo que impõe um conjunto de violências raciais na tentativa de interditar a existência negra, seu corpo e ser modo de existir, do mesmo modo, fornece circunstâncias para o corpo r-existir a partir do acúmulo de temporalidade que o constitui. Essa contradição que Jamile faz ver do espaço acadêmico, se realiza através da construção relacional do espaço e de seu aspecto vivo a partir da multiplicidade de relações que se estabelecem na luta de um modo de ser e pertencer, como será possível observar abaixo, na continuação da sua narrativa.

[Pesquisadora]: Você se autodeclarava parda, mesmo se considerando preta, por falta de escolha?

[JAMILE]: É! Não, não tinha! Acho que era mais a fase de dizer assim: eu, tipo, sou negra, tá? [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

[Pesquisadora]: Jamile, foi aqui na UFRB que você se descobriu negra?

[JAMILE]: Foi! Começando a ver que quando a gente vai se inscrever em alguma coisa, tem preta. Então é isso [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

Ao partir do entendimento de corpo enquanto r-existência (Haesbaert, 2021), um trânsito entre resistir às ameaças à vida e afirmar a existência por meio da coexistência de outros, a experiência narrada por Jamile demonstra a potência transformadora do espaço acadêmico como uma constelação de trajetórias. Seu corpo, ao deparar-se com os instrumentos de interpelação racial institucional, flagra essa possibilidade de transformação quando questionada pelo formulário de inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre sua cor e percebe que ao “*inscrever em alguma coisa, tem [a opção] preta* (grifo nosso).

À vista disso, se o corpo é capturado por práticas de poder/saber, no mesmo movimento, ele também r-existe. Quando ela mesma afirma “Eu fui percebendo assim que eu quero. Eu posso estar aqui. Então eu tô aqui e pra mim é isso”. Não como dicotomias, pois a r-existência é produzida no interior da própria relação de poder. Ou, como argumenta a perspectiva carneriana, sob a égide de Foucault, todo dispositivo de poder, fabrica sua própria resistência, manifestada nas formas de existência, como relatado também pela estudante Beatriz.

[Pesquisadora]: Beatriz, como foi para você estar na UFRB?

[BEATRIZ]: Quando eu fazia o ENEM, o SISU, fazia todos os procedimentos, eu sempre colocava lá negro porque era o que eu me sentia. Mas, eu vim me afirmar aqui que eu realmente sou negra. Eu pensei antes, tinha uma ideia assim que negro só era aquele que... o retinto. Tinha dúvida, mas sempre colocava o que me senti [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

À primeira vista, a narrativa de Beatriz partilha com Rafael e Jamile a defesa de um modo de existir ao ampliar e dar mais densidade à dimensão temporal do espaço. No encontro com o espaço e as práticas sociais, embora marcada pela dúvida e por uma percepção do negro vinculado a uma única leitura, “*o retinto*”, ela negocia a partir de sua interação com o espaço enquanto condição do viver juntos (Massey, 2008). Ao narrar sua experiência de entrada na UFRB, Beatriz destaca a condição de reconstrução espacial ao cruzar com outras experiências no espaço acadêmico, “resultado e indutor da multiplicidade que compõe a dinâmica social” (Haesbaert, 2021, p. 40). Outrossim, o limite entre o pertencimento racial e espacial, em termos de uma leitura determinista e essencialista, é diluído, passando a operar por uma posição politicamente engajada e não restritiva.

Concordando com Massey, limitar o espaço da universidade a sua representação, como algo já dado, estabilizado e concreto, aprisiona sua dimensão temporal à medida que “achata a vida fora do tempo” (2008, p. 52). Isto é, retira a vida de sua dimensão temporal e a enrijece, tendo por resultado, o achatamento do espaço, da vida e do político. Por outro lado, pautar o espaço por uma perspectiva desarticuladora, com partes, costuras, aberturas e/ou fechamentos, faz vê-lo como “a esfera da multiplicidade coexistente, [...] como uma simultaneidade de histórias-até-agora” (ibid., 2008, p. 88).

Por essa razão, o corpo enquanto primeiro território, como assume Haesbaert (2021, p. 45), implica uma mudança de olhar sobre o *self* (si mesmo), o outro e, também, sobre o mundo. Para o autor, o que possibilita o movimento de abertura espacial, é apreender, diferentemente de uma compreensão binária, a “perspectiva como expectativa” (2021, p. 54) colocada pela materialidade das experiências. Assim, para refundar uma nova cena universitária pluriepistêmica é preciso pensar a mudança a partir da negociação de abertura e/ou fechamento espacial.

4. Algumas Considerações, ou “Figuras de Ousadia” para refundar o espaço acadêmico.

Reconhecemos que o ingresso e a permanência de jovens periféricos e de camadas populares no Ensino Superior público ainda é marcado por desafios e violências estruturais. Ao mesmo tempo, reconhecemos em diálogo com Haesbaert (2014), a operação de “rituais de contornamento” (Silva, 2025) que reconfiguram os limites simbólicos impostos por práticas discursivas e sociais construídas em torno das relações raciais no Brasil. Estes se apresentam enquanto resistências forjadoras de alternativas emancipadoras que tem potencialidade para refundar uma cena universitária “pluriepistêmica” (Carvalho, 2023). Esses rituais são aqui conceituados enquanto “figuras de ousadia⁵” (Silva, 2025).

As figuras de ousadia se apresentam enquanto possibilidades de agência ética e política dos sujeitos racializados, elaborando fissuras nos aparatos institucionais e epistemológicos da universidade. Mediante seu aparecimento na cena pública a partir das experiências narradas pelos(as) *novos(as) universitários(as)*, formulam-se outros modos discursivos, de ser, agir e de produzir cuidados coletivos, introduzindo dinâmicas de ruptura que deslocam as normas instituídas e produzem possibilidades de existência e atuação nesse espaço.

Do ponto de vista conceitual, são imagens que performam outras dimensões espaciais-temporais-corporais, encapsulando as múltiplas formas de existir para forjar caminhos alternos às diversas formas de opressão. Elas operam para reconfigurar o aparato discursivo do saber e das práticas de poder que sustentam as hierarquias raciais acadêmicas, elaborando ações concretas e insurgentes para contornar as tecnologias de poder que operam na universidade. Abaixo, como exercício de síntese, retomamos algumas dessas “figuras de ousadia” – inventariadas a partir da pesquisa que dá origem a esse artigo – performadas por sujeitos juvenis em suas narrativas de si.

[Pesquisadora]: Como você se sentiu na UFRB?

[Beatriz]: A pessoa se sentir bonita também, né? O que é né o cabelo? Assumir. É uma grande trajetória. Porque isso a gente foi ensinado que cabelo liso é mais bonito. E assumir os cachos. Eu também passei por isso. Cortei meu cabelo, mas não alisei. Eu acho que eu tinha uns 15 anos. Por

5 Essa proposição autoral está sistematizada na dissertação de Taís Silva (2025).

pressão mesmo, para ficar mais bonito. Foi a primeira vez que eu raspei o meu cabelo também. E aqui eu me sinto mais aconchegada assim em termos de aceitação. Aqui [referindo-se ao Centro de Ensino que estuda] ninguém fica apontando, questionando, não tem tanta pressão como lá em Manaus [sic] (Entrevista, 2023, transcrição nossa).

Ao narrar sua experiência, Beatriz destaca um aspecto contraditório do espaço acadêmico. Apesar das tentativas de normatização com base em diferenças raciais e de classe que o dispositivo de racialidade tenta engendrar, ela destaca como a presença de ideais de beleza não dominantes na universidade, contribuiu para seu processo de socialização racial e seu modo de pertencer a esse lugar. A contradição também se explicita na narrativa de Júlio César (FIG. 2), ao apontar para sua insegurança intelectual como aspecto que marca sua experiência universitária.

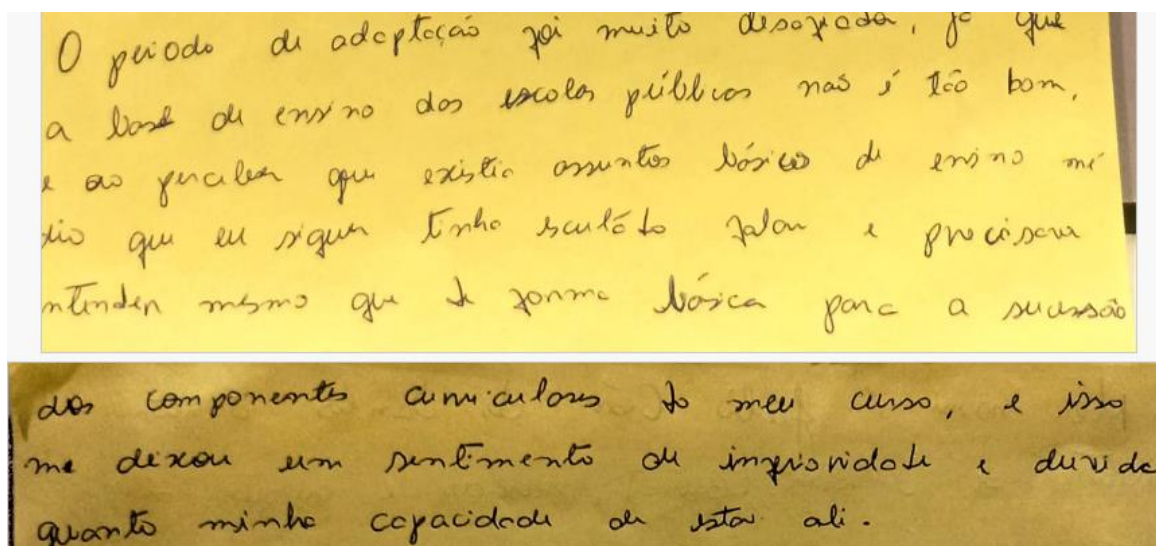


Figura 02 - Fragmento da carta escrita à mão por Julio César

Fonte - Acervo de pesquisa

[Júlio]: O período de adaptação foi muito desafiador, já que a base de ensino das escolas públicas não é tão bom, e ao perceber que existia assuntos básicos de ensino médio que eu sequer tinha escutado falar e precisava entender mesmo que de forma básica para a sucessão dos componentes curriculares do meu curso, e isso me deixou um sentimento de inferioridade e dúvida quanto minha capacidade de estar ali [sic] (Transcrição da carta entregue a pesquisadora, 2023).

Mais uma vez, a experiência da negação da capacidade intelectual é grifada, agora na narrativa de Júlio. Essa dimensão de incomunicabilidade enquanto mecanismo de dominação

que se expressa na impossibilidade e interdição de “‘falar’, dizer o próprio mundo e dizer a si mesmo” (Martín-Barbero, 2023, p. 28), é rompida quando Júlio César, ainda que interpelado pela pesquisadora, escreve e narra sobre essa experiência. Assim, a ousadia de Júlio César em contornar essa barreira do silenciamento, cria um espaço de diálogo no qual as alteridades podem se encontrar, ou seja, onde o “eu” encontra o “outro” e o corpo emerge enquanto espaço de r-existência (Haesbaert, 2021). Ao final da sua carta, Júlio César afirma “Hoje próximo de finalizar o curso consigo olhar para trás e perceber o quanto fui forte e fui fortalecendo a medida que passava pelas barreiras financeiras, mentais e de ciclos e locais novos [sic]”. (Transcrição da carta entregue a autora, 2023).

Nessa perspectiva, para desarticular o esquecimento enquanto ferramenta colonial de dominação, sujeição e despertencimento, torna-se necessário rearticular o corpo como mediação para a comunicação, o gesto e a ação. No trecho de encerramento de sua carta, Jamile, num exercício de auto-reflexividade, se recoloca no espaço em disputa e se diz duas mulheres em uma, ou várias.

Breve, com fé em Deus, uma museóloga, “diferenças culturais”, terá sempre, conflito, “principalmente, mas para mim está sendo massa conhecer pessoas diferentes, trocas de opiniões, discordar faz parte e isso. Estou amando a UFRB, mim encontrei lá dentro. Não sei mais ficar só em casa, eu mim considero duas mulheres em uma, sou dona de casa e universitária e hoje vejo que posso ser tudo que eu quiser”. [sic] (Transcrição da carta entregue a pesquisadora, 2023).

Com esse percurso reflexivo, queremos apontar como é possível perceber processos de formulação dos modos de subjetivação dos jovens estudantes a partir do dispositivo de racialidade que conforma o ambiente universitário. Entretanto, como contrapartida a essa hegemonia racial, vemos irradiar das narrativas de si dos jovens as “figuras de ousadia” (Silva, 2025) enquanto imagens performativas de r-existência (Haesbaert, 2021), primorosas formas de insurgências a esse dispositivo enquanto saída aos processos de esvaziamento do potencial de vida e existência. Assim, as *figuras de ousadia*, mesmo de modo sutil, se apresentam enquanto uma prática ética, com potencial de fissurar arranjos de poder que individualizam o sujeito e promovem a sensação de “corpo estrangeiro/inapropriado” ao espaço acadêmico como um problema pessoal, cuja responsabilidade é exclusiva do indivíduo. Do ponto de vista simbólico, as *figuras de ousadia* apontam para a necessidade de um espaço acadêmico pluriepistêmico, comprometido com o bem-estar de todos os seus sujeitos.

Acreditamos que, esse agir intempestivo das *figuras de ousadia* performado pelos jovens estudantes enquanto práticas de si na relação com as formas de domínio e controle, fundamenta as disputas e as possibilidades de negociações no espaço acadêmico como lugar de encontro da coexistência. Assim, ao possibilitar o contornamento das barreiras estruturais, as *figuras de ousadia* explicitam como as experiências vividas no espaço acadêmico podem ampliar as existências coletivas e o social a partir de outros processos subjetivos e relações de poder/saber.

Referências

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da Universidade Brasileira. **Química Nova**, v. 30, n. 7, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>. Acesso em: 09 dez. 2024.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.
- CARDOSO, Aila Cristhie dos Santos et al. **Lei de Cotas em debate**: cobertura jornalística nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em 2012 e 2022. In: XV Encontro da Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais, 2024 (Não publicado).
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2023.
- CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.
- GALVÃO, Patrícia Carla Smith et al. Narrar-se e “pôr em comum”: histórias de vida e comunicação de proximidade. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 46, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023134pt> Acesso em: 18 dez. 2023.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, jan-abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078/5454> Acesso em: 27 jul. 2023.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina, 1a ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO / Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.
- HELLER, Barbara; SIMÕES, Alessandra Lourenço. Narrativas de si e memória coletiva no Facebook. **Esferas**, ano 12, vol. 3, nº 25, set-dez. 2022. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/13845/11351> Acesso em: 8 abr. 2024.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2023.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145980>

SILVA JÚNIOR, Antônio Fausto et. al. Dez anos da “Lei de Cotas” no Brasil: da diversidade racial e étnica à diversidade epistêmica. In: FONSECA, Maria Gislene et. al. **Temporalidades e Espacialidades nos processos comunicacionais**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2023.

SILVA, Taís L. G. A da. **Figuras de ousadia nos modos de subjetivação**: articulações entre memória, corpo e espaço em narrativas universitárias periféricas. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira-Ba, 2025.

VIÇOSA, Raquel et al. Autonarrativas como método de pesquisa: sobre a complexidade de narrar-se. **XI Jornada Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC**. 2019. p. 1-3. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornacad/article/view/19455>. Acesso em: 15 abr. 2023.